



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência**

---

Publicada no D.J n. 029, de 20/02/91, página 02.

**RESOLUÇÃO N. 002/1991-PR**

Alterada pela Resolução 012/92-PR

Revogada pela Resolução n. 019/1996-PR

~~O Desembargador DIMAS RIBEIRO DA FONSECA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,~~

~~CONSIDERANDO a vigência da Lei Estadual nº 301 de 21 de dezembro de 1990, instituidora do Regimento de Custas que criou o FUJU (Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários);~~

~~CONSIDERANDO que cabe ao Tribunal de Justiça regulamentar dito FUNDO (art. 12 da Lei citada), e~~

~~CONSIDERANDO a urgência reclamada, porquanto existente e aplicável ao FUNDO a partir de 28.01.91, data de início da vigência da Lei,~~

~~CONSIDERANDO a decisão do e. Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa realizada em 07 de fevereiro de 1991,~~

**RESOLVE:**

~~Baixar a presente Regulamentação PROVISÓRIA, por esta RESOLUÇÃO, a saber:~~

~~Art. 1º O FUJU, através de seus recursos, tem como objetivos precípuos:~~

~~I — Informatização nas atividades Judiciárias;~~

~~II — Edificações e aparelhamento da Justiça Estadual;~~

~~III — Aperfeiçoamento dos serviços Judiciários compreendendo aspectos materiais e de recursos humanos.~~

~~Art. 2º Ao Conselho da Magistratura, compete gerir o FUJU, expedindo as normas para o seu regular funcionamento.~~



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência**

---

~~Art. 2º~~ Ao Conselho da Administração Interna do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia compete gerir o FUJU, expedindo as normas para o seu regular funcionamento. ~~(Redação dada pela Resolução n. 012/1992-PR)~~

~~Art. 3º~~ Aos Juízes, no primeiro grau de jurisdição, caberão fiscalizar quanto aos pagamentos e recolhimentos das receitas pertencentes ao FUJU, cumprindo ao Tribunal Pleno decidir qualquer matéria em última instância.

~~Art. 4º~~ O FUJU, em seus objetivos, poderá celebrar convênios ou atos similares, com aprovação prévia do Conselho da Magistratura.

~~Art. 5º~~ Os recursos do FUJU serão recolhidos ao Beron em conta corrente própria e específica.

~~Parágrafo Único.~~ Nenhuma despesa será realizada, sob autorização do Conselho da Magistratura.

~~Art. 6º~~ Esta regulamentação poderá ser alterada e ante sua natureza de provisória, ratificada no prazo de 06 meses, a contar de sua publicação, pelo Tribunal Pleno, salientado que essas novas legislações esta Resolução inclusive, incidirão segundo o estado ou fase em que se encontrar o processo ou feito, na data de vigência da Lei de Custas.

~~Publique-se.~~

~~Registre-se.~~

~~Cumpra-se.~~

~~Tribunal de Justiça, Porto Velho, 18 de fevereiro de 1991.~~

~~Des. DIMAS RIBEIRO DA FONSECA~~  
~~Presidente~~